



ESCANEI-ME

# Atas e Editais



Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
CONTABILIDADE  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
CONTABILIDADE  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
ASSOCIADO AO CONSÓRCIO PÚBLICO CISPAR  
Rua Sofia Tschini, 237 - Jardim Bela Vista - Caixa Postal: 69 - Fone: (44) 3110-1340  
CNPJ/MF - 80.909.096/0001-44 - CEP: 87.230-000 - JUSSARA - PARANÁ  
E-mail: licitacao@samaejussara.com.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
CONTABILIDADE  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
RECURSOS HUMANOS  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

## AVISO DE EDITAL

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 88-2025 – PMI

#### TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

#### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDIADAS NA REGIÃO DA AMENORTE

#### CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 04 de dezembro de 2025, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado), conforme abaixo relacionado:

**OBJETO:** FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, DESTINADOS AOS ATENDIMENTOS DOS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER.

**Valor Global Máximo Estimado: R\$ 53.197,22 (CINQUENTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS).**

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site [www.jussara.pr.gov.br](http://www.jussara.pr.gov.br), link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou "e-mail": [licitacao@jussara.pr.gov.br](mailto:licitacao@jussara.pr.gov.br).

Paço Municipal de Jussara, em 18 de novembro de 2025.

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

## AVISO DE EDITAL

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 89-2025 – PMI

#### TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

#### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ

#### CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 04 de dezembro de 2025, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado), conforme abaixo relacionado:

**OBJETO:** FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO, NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ.

**Valor Global Máximo Estimado: R\$ 140.677,94 (CENTO E QUARENTA MIL SEISCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).**

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site [www.jussara.pr.gov.br](http://www.jussara.pr.gov.br), link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou "e-mail": [licitacao@jussara.pr.gov.br](mailto:licitacao@jussara.pr.gov.br).

Paço Municipal de Jussara, em 18 de novembro de 2025.

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
ESTADO DO PARANÁ  
CONTABILIDADE  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br  
CNPJ: 75.789.552/0001-20



**TERMINOS DE CONTRATAÇÃO – EDITAL**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 30/2025 – PMJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 150/2025-PMJ**

**OBJETO:** Fimar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento de recursos oriundos de doações na Declaração de Imposto de Renda, à Receita Federal, depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), no valor de R\$ 56.901,37, já incluídos os rendimentos de aplicação financeira. É válido ressaltar, que o Plano de Trabalho já foi aprovado para realização do repasse à referida entidade, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Resolução nº 25/2025.

**PMJ**

Jussara  
2025

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 30/2025 – PMJ**

**PROCESSO Nº 150/2025-PMJ**

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, Sr. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, conforme processo Administrativo nº 150/2025, com base no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 030/2025.**

**Fundamento Legal:** art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21; Art. 31 da Lei Federal nº 13.019, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, à Lei Federal 13.146/2015 que se refere à Inclusão da Pessoa com Deficiência e suas posteriores alterações, à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação inclusiva do Ministério da Educação (MEC).

**Objeto:** Fimar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento de recursos oriundos de doações na Declaração de Imposto de Renda, à Receita Federal, depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), no valor de R\$ 56.901,37, já incluídos os rendimentos de aplicação financeira. É válido ressaltar, que o Plano de Trabalho já foi aprovado para realização do repasse à referida entidade, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Resolução nº 25/2025.

**Tomador:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90.

**Valor de Repasse:** R\$56.901,37 (cinquenta e seis mil, novecentos e um reais e trinta e sete centavos)

**Dotações Orçamentárias:**  
- 801 - 07.006.08.243.0008.6.004.3.1.50.43.00.00 - 01000 - Subvenções Sociais  
- 815 - 07.006.08.243.0008.6.004.3.3.50.43.00.00 - 01000 - Subvenções Sociais

Jussara, 18 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**PORTARIA Nº. 337/2025**

**Súmula:** Designa representatividades para a composição da Equipe Técnica para Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação da Lei Municipal nº. 1.502/2015 – Plano Municipal de Educação PME:

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Designa as representatividades para a composição da Equipe Técnica, para o Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME.

**Art. 2º.** A Equipe Técnica será composta pelas seguintes representatividades:

**Representantes da Secretaria Municipal de Educação;**  
Leandro Ramos Rodrigues Felis.

**Representantes da Direção do CMEI Baía Mágico;**  
Cláudia Cristina Guietti Feitoza.

**Representantes da Direção do CMEI Sonho de Criança;**  
Lusinete Aparecida Ribeiro Ventaja.

**Representantes da Direção da Escola Municipal Jussara;**  
Gilvana Olívia Volpato de Melo.

**Representantes da Direção do Colégio Estadual Senador Moraes de Barros;**  
Márcia Pereira Valentini.

**Representantes do Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal.**  
Denize Monteiro Santos Araújo.

**Art. 3º.** São atribuições da Equipe Técnica de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:  
I – Analisar os levantamentos e as sistematizações dos dados e informações referentes ao PME;  
II – Construir para a Comissão Coordenadora possa desencadear suas proposições, respaldadas em fontes oficiais e em sintonia com o Poder Executivo;  
III – Organizar os documentos oficiais e de aprofundamento para consultas da Comissão Coordenadora e interessados (PME, Leis, Decretos, Portarias, Relatórios, Peças Orçamentárias (LDO, LOA, PPA), Plano de Ações Articuladas) dentre outras;  
IV – Construir instrumentos para coletar os dados que subsidiarão as produções das informações para o monitoramento e, posteriormente os relatórios de avaliação garantindo fluidez e efetividade ao processo;  
V – Organizar o trabalho, distribuindo funções em consonância com os aspectos do PME em seu cotidiano, e, continuamente estudar o plano, com acompanhamento das metas e das estratégias;  
VI – Identificar em quais situações o Plano se enquadra, a saber: com metas elaboradas, utilizando indicadores e fontes sugestionadas pelo Ministério da Educação; metas elaboradas que dependem de indicadores e fontes próprias do município; metas elaboradas de modo genérico, não havendo possibilidade de estabelecer indicadores;  
VII – Utilizar a Ficha de Monitoramento do Plano Municipal de Educação, organizadas em três etapas proposta de trabalho;  
VIII – Debater o conteúdo da ficha na Secretaria Municipal de Educação junto aos seus pares;  
IX – Encaminhar os registros de cada etapa na Secretaria Municipal de Educação para validar o trabalho;  
X – Auxiliar na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 171/2022.

Jussara, 18 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934  
4  
Moacir Luiz Pereira Valentini  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**PORTARIA Nº 336/2025**

**Súmula:** Designa membros para a composição da Comissão Coordenadora para Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação da Lei Municipal nº. 1.502/2015 – Plano Municipal de Educação PME:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar membros para composição da Comissão Coordenadora, para o Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME.

**Art. 2º.** A Comissão Coordenadora será constituída pelos representantes do Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, Comissão de Educação do Poder Legislativo, Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, através de Audiências Públicas.

**Representantes do Conselho Municipal de Educação:**  
Títular: Lucélia Pavão da Costa;  
Suplente: Adrielle Batista Vieira de Mattos.

**Representantes Secretaria Municipal de Educação:**  
Títular: Leandro Ramos Rodrigues Felis;  
Suplente: Márcia de Oliveira Benetão.

**Representantes dos Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação:**  
Títular: Vânia Lúcia Preciso Lima;  
Suplente: Daisy Iara Pereira dos Santos.

**Representantes Comissão de Educação do Poder Legislativo:**  
Títular: Claudécir Pereira dos Santos;  
Suplente: Elza Paveloski Ranzoni

**Representantes da Educação Infantil:**  
Títular: Cláudia Cristina Guietti Feitoza;  
Suplente: Lusinete Aparecida Ribeiro Ventaja.

**Representantes do Ensino Fundamental:**  
Títular: Gilvana Olívia Volpato de Melo;  
Suplente: Juliana Manrique Tondati.

**Representantes da Educação de Jovens e Adultos:**  
Títular: Caclida Terezinha Tachini Garcia;  
Suplente: Edilaine Pereira Batista dos Santos.

**Representantes da Educação Especial:**  
Títular: Yara de Lima Castilho;  
Suplente: Margarete Aparecida Magon Ribeiro.

**Art. 3º -** São atribuições da Comissão Coordenadora para o Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:  
I – Organizar o trabalho mediante convocação prévia para as reuniões com elaboração do cronograma de reuniões, pautas e materiais para estudo;  
II – Apropriar-se do Plano Municipal de Educação;  
III – Analisar e propor a revisão de metas já cumpridas e respectivas estratégias, com vistas à melhoria da qualidade geral da educação pública.  
IV – Elaborar o seu plano de trabalho, bem como promover sua reformulação, quando necessário;  
V – Acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;  
VI – Zelar e incentivar pelo aprimoramento da qualidade do ensino público no Município;  
VII – Realizar estudos acerca da Lei que instituiu o Plano Municipal de Educação;  
VIII – Emitir pareceres, por iniciativa de seus membros ou quando solicitado pelo Secretário Municipal de Educação, relacionados ao Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;  
IX – Manter intercâmbio com a Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação e com os demais órgãos, visando à consecução dos objetivos propostos;  
X – Articular-se com os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, para assegurar a coordenação, a divulgação e/ou execução do Plano Municipal de Educação;  
XI – Sugerir as autoridades providências para a organização e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação para que de qualquer modo, possam promover a sua expansão e melhoria;  
XII – Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Estadual e Equipe Técnica local de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, bem como de outros órgãos e/ou instituições superiores.

**Art. 4º -** Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação realizará reuniões de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e/ou sempre que necessário, convocada pelo Presidente da Comissão.

**Art. 5º -** A Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação contará com infraestrutura para o atendimento de seus serviços técnicos e administrativos, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tal fim.

**Art. 6º -** Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 170/2022.

Jussara, 18 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934  
Moacir Luiz Pereira Valentini  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Pará, 95 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3615/2025.**

*“Dispõe sobre recesso nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro, face ao feriado nacional do dia 20 de novembro de 2025, comemorativo a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”.*

**GILBERTO CASTIGLIONI**, Prefeito Municipal de Guaporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos IX do artigo 62, da Lei Orgânica do Município,

**Determina:**

**Art. 1º** Fica decretado **“RECESSO”** nas repartições públicas municipais, (sexta-feira) dia 21 de novembro, face ao feriado nacional (quinta-feira) dia 20 de novembro de 2025, comemorativo a celebração do **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**.

**Parágrafo Único.** O expediente normal será reestabelecido dia (segunda-feira) dia 24 de novembro de 2025.

**Art. 2º** A Secretaria Municipal da Saúde e demais serviços considerando sua Natureza Essenciais e de Relevante Interesse Público, manterá atendimentos de urgência e emergência, com escalas de plantões, a critério da própria Secretaria e/ou Setor Competente.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaporema – Pr., aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

**GILBERTO CASTIGLIONI**  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente, o “SINTRACIA”, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Cianorte, Araruna, Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Goleirê, Guaporema, Indianópolis Japurá, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olimpia, Paraíso do Norte, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa e Tuneiras do Oeste vem convocar todos os Trabalhadores associados ao sindicato, para reunirem-se de acordo com o artigo 549 e 550 da Consolidação das Leis do Trabalho e demais disposições da matéria, em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede deste sindicato, situado na Avenida Espírito Santo, 660, Zona 1, nesta cidade e comarca de Cianorte-Pr, no dia 24 de novembro de 2025, as 09:00 horas em primeira convocação, e caso não haja quórum legal para a instauração dos trabalhos, será realizada as 10:00 horas em Segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Ordem do dia:  
1. Discussão, votação e aprovação da previsão orçamentária para o exercício 2026, com parecer do conselho fiscal.

Cianorte, 18 de novembro de 2025.

Cirso da Silva  
Presidente

Edmilson Aparecido da Silva  
Tesoureiro

**CICENOP**  
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná

**RESOLUÇÃO Nº 079/2025**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES A EMPREGADO PÚBLICO DO CICENOP**

O Presidente do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICENOP**, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de consórcio e do Estatuto da entidade e no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, especialmente ao que dispõe o art. 40, VIII e art. 104 do Estatuto da entidade, e considerando, por fim, o pedido formal do empregado público solicitando a prorrogação da concessão de licença não remunerada por motivos de ordem pessoal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. PRORROGAR** os efeitos da resolução 043/2025 do CICENOP que concedeu, licença não remunerada, por motivos de ordem pessoal ao empregado público **JÉSSICA PEREIRA LUNA ANDRIAN**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, de maneira a estender o período da licença em questão até o dia **30/11/2025.**

**Art. 2º.** A referida licença poderá ser interrompida ou prorrogada a qualquer tempo, a pedido da Empregada Pública ou no interesse da administração.

**Parágrafo Único -** No período em que a empregada pública estiver em gozo da licença não remunerada, seu contrato de trabalho ficará suspenso junto ao CICENOP para todos os fins de forma que não gere nenhum tipo de encargo a entidade, sendo garantido o retorno ao cargo que ocupava, no dia subsequente ao da licença concedida, nos termos do parágrafo primeiro do art. 104 do Estatuto Social do CICENOP.

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Cianorte-Pr. 18 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO:30680085904  
Marco Antonio Franzato  
Presidente

Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
Rua Piratininga, 63 – CEP 87200-163 – Cianorte – PR  
Fone/Fax: (44) 3018-4200

**CICENOP**  
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.cicenop.com.br

**RESOLUÇÃO Nº. 078/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar amparado pela Assembleia Geral, realizada em 23 de outubro de 2024, e dá outras providências.

O Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná, aprovou e eu Marco Antonio Franzato, Presidente, promulgo a seguinte:

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica aberto no Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.435.723,65 (Quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), conforme discriminado abaixo;

02.001.10.301.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços do CICENOP		
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo - (1001)	R\$	300.000,00
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P.J (1001)	R\$	4.135.723,65
<b>Total suplementação</b>	<b>R\$</b>	<b>4.435.723,65</b>

**Art. 2º -** Os recursos necessários para a execução desta Resolução decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado em 17 de novembro de 2025, conforme segue:

16.3.1.99.0.1.01.00 MUNICIPIO DE CIANORTE	R\$	2.047.974,78
16.3.1.99.0.1.02.00 MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA	R\$	765.499,38
16.3.1.99.0.1.04.00 MUNICIPIO DE INDIANÓPOLIS	R\$	330.146,18
16.3.1.99.0.1.06.00 MUNICIPIO DE JUSSARA	R\$	360.109,54
16.3.1.99.0.1.07.00 MUNICIPIO DE RONDON	R\$	303.090,42
16.3.1.99.0.1.09.00 MUNICIPIO DE SÃO TOME	R\$	185.422,60
16.3.1.99.0.1.10.00 MUNICIPIO DE TAPEJARA	R\$	47.415,70
16.3.1.99.0.1.11.00 MUNICIPIO DE TUNEIRAS	R\$	396.065,05
<b>Total da Redução</b>	<b>R\$</b>	<b>4.435.723,65</b>

**Art. 3º -** Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Cianorte (Pr), 17 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO:30680085904  
Marco Antonio Franzato  
Presidente

Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
Rua Piratininga, nº63 – CEP 87.200-163 – Cianorte – PR  
Fone: (44) 3018-4200

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
Estado do Paraná  
Rua Pará, 95 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

**LEI MUNICIPAL Nº 1179/2025**

**EMENTA:** Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Preâmbulo:** A Câmara Municipal de Guaporema – Estado do Paraná – aprovou e eu GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sancionou a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 2º** Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

**Art. 3º** O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

**Art. 4º** Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

**GILBERTO CASTIGLIONI**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
O MUNICÍPIO DE RONDON PARA O FUTURO

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2025**

**PREGÃO Nº 70/2025**

**Partes:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa PLENA MEDICA HOSPITALAR EIRELI.

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

**Valor:** R\$ 1.940,20 (Um Mil, Novecentos e Quarenta Reais e Vinte Centavos).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
16.01	SECRETARIA DE SAÚDE
16.02	SECRETARIA DE SAÚDE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 13/11/2025.

**Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.**

\_\_\_\_\_

Aline da Silva Almeida  
Secretaria de Saúde

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68

**MUNICÍPIO DE RONDON**  
GOVERNO QUE TRANSFORMA  
O MUNICÍPIO DE RONDON PARA O FUTURO

**DECRETO Nº 6778/2025**

**SÚMULA:** Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Rondon, autorizado pela Lei Municipal nº. 2110 de 17 de dezembro de 2024, para o exercício de 2025 e das outras providências.

**O ATRIBUIÇÃO MUNICIPAL DE RONDON, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:**

**DECRETA:**

**Artigo 1º.** Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R\$ 762.042,08 (Setecentos e Sessenta e Dois Mil e Quarenta e Dois Reais e Oito Centavos), no orçamento do município de Rondon, para o exercício de 2025, conforme dotações abaixo:

Códigos	Descrição	Valor (R\$)
05	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
05.002	DIVISÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	
04.122.0001.2008	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.0002.2016	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
870	00104-Educação 25% sobre impostos	15.000,00
12.365.0002.2017	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL PRÉ INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
830	00104-Educação 25% sobre impostos	5.000,00
08.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2018	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1040	00104-Educação 25% sobre impostos	92.200,00
12.361.0003.2029	MANUTENÇÃO EDUCACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1390	00107-Salário Educação	20.000,00
12.361.0002.2018	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1082	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação de União - ETI	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1230	00107-Salário Educação	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1081	01080-Transferências do FUNDEB - Complementação de União - ETI	24.842,08
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
09.001	DIVISÃO DE CULTURA	
13.392.0004.2030	MANUTENÇÃO DOS PROCESSOS CULTURAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2165	02312-NATAL SOLIDÁRIO	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2175	02312-NATAL SOLIDÁRIO	10.000,00
10	SECRETARIA DE SAÚDE	
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2034	MANUTENÇÃO DE ATENDIMENTO EM SAÚDE BÁSICA INTEGRAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2670	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	200.000,00
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
11.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
13.452.0009.2030	MANUTENÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3440	00900-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
12	SECRETARIA DE VIAÇÃO	
12.001	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0010.2034	MANUTENÇÃO DA ESTRADAS E VIAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
13	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
20.608.0012.2068	MANUTENÇÃO ESTRUTURAL DA INTEGRAÇÃO AGROSLIVAPASTORIL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
13.002	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
18.341.0013.2070	MANUTENÇÃO DO GERENCIAMENTO DO MEIO AMBIENTE E RESÍDUOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
TOTAL		762.042,08

**Artigo 2º.** A cobertura do Crédito de que trata o Artigo anterior far-se-á mediante o:

I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação	Códigos	Descrição	Valor (R\$)
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
08.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
12.365.0002.2016	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL INFANTIL		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
680	00103-5% Sobre Transferências Constitucionais	35.000,00	
12.365.0002.2017	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL PRÉ INFANTIL		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
870	00104-Educação 25% sobre impostos	5.000,00	
08.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL		
12.367.0002.2022	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL ESPECIAL		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1380	00103-5% Sobre Transferências Constitucionais	33.000,00	
12.361.0002.2018	MANUTENÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL FUNDAMENTAL		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1070	00104-Educação 25% sobre impostos	39.200,00	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1120	10044-FINDE - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI - LEI 14.640/23	54.842,08	
	SUBTOTAL	167.042,08	
10	SECRETARIA DE SAÚDE		
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0007.2034	MANUTENÇÃO DE ATENDIMENTO EM SAÚDE BÁSICA INTEGRAL		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00	
	SUBTOTAL	200.000,00	
	TOTAL	367.042,08	

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação e Provável Excesso de Arrecadação, conforme anexas, nas seguintes rubricas:

Conta de receita	Receita	Descrição	Valor (R\$)
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS - PODER EXECUTIVO - Anexo I		120.401,59
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL - Anexo II		234.598,41
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Anexo III		40.000,00
	TOTAL		395.000,00

**Artigo 3º.** Fica alterado, no que couber, a Lei - 1986/2021 Plano Plurianual (PPA 2022/2025), na Lei 2090/2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, a programação financeira e o cronograma de desembolso o dispositivo proveniente deste Decreto.

**Artigo 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondon, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO APARECIDO CORREDATO  
Prefeito Municipal

Anexo I

Calculo de Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	
A Arrecadação do primeiro período do ano anterior compreendido 01/01 a 30/06	651.660,55
B Arrecadação do segundo período do ano anterior compreendido de 01/07 a 31/12	836.886,74
C Arrecadação do primeiro período do ano em curso compreendido 01/01 a 30/06	907.953,79
D Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	1.835.535,19
Taxa de Incremento	1.3933
Demonstrativo do Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	
(+H) Arrecadação do 1º período do ano em curso	907.953,79
(+H) Arrecadação provável do 2º período do ano em curso (excesso)	1.166.028,06
(-I) Arrecadação total provável do ano em curso	2.073.981,85
(-I) Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	1.835.535,19
(-I) Provável excesso de arrecadação	238.446,66

Anexo II

Calculo de Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	
A Arrecadação do primeiro período do ano anterior compreendido 01/01 a 30/06	1.052.781,79
B Arrecadação do segundo período do ano anterior compreendido de 01/07 a 31/12	1.391.065,00
C Arrecadação do primeiro período do ano em curso compreendido 01/01 a 30/06	1.545.796,72
D Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	2.338.270,37
Taxa de Incremento	1.4683
Demonstrativo do Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	
(+H) Arrecadação do 1º período do ano em curso	1.545.796,72
(+H) Arrecadação provável do 2º período do ano em curso (excesso)	2.042.497,06
(-I) Arrecadação total provável do ano em curso	3.588.293,78
(-I) Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	2.338.270,37
(-I) Provável excesso de arrecadação	1.250.023,41
(-I) Excesso já utilizado	1.015.425,00
(-I) Saldo do excesso de arrecadação	234.598,41

Anexo III

Calculo de Excesso de Arrecadação receita 1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO	
EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	
A Arrecadação do primeiro período do ano anterior compreendido 01/01 a 30/06	247.956,03
B Arrecadação do segundo período do ano anterior compreendido de 01/07 a 31/12	240.598,24
C Arrecadação do primeiro período do ano em curso compreendido 01/01 a 30/06	297.257,12
D Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	514.513,30
Taxa de Incremento	1.1988
Demonstrativo do Excesso de Arrecadação receita 1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO	
EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	
(+H) Arrecadação do 1º período do ano em curso	297.257,12
(+H) Arrecadação provável do 2º período do ano em curso (excesso)	288.436,38
(-I) Arrecadação total provável do ano em curso	585.693,50
(-I) Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	514.513,30
(-I) Provável excesso de arrecadação	71.180,20

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
O MUNICÍPIO DE RONDON PARA O FUTURO

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2025**

**PREGÃO Nº 70/2025**

**Partes:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa JC PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA.

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

**Valor:** R\$ 10.413,00 (Dez Mil, Quatrocentos e Treze Reais).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
16.01	SECRETARIA DE SAÚDE
16.02	SECRETARIA DE SAÚDE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 13/11/2025.

**Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.**

\_\_\_\_\_

Aline da Silva Almeida  
Secretaria de Saúde

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
O MUNICÍPIO DE RONDON PARA O FUTURO

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2025**

**PREGÃO Nº 70/2025**

**Partes:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

**Valor:** R\$ 9.787,75 (Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Setenta e Cinco Centavos).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
16.01	SECRETARIA DE SAÚDE
16.02	SECRETARIA DE SAÚDE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 13/11/2025.

**Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.**

\_\_\_\_\_

Aline da Silva Almeida  
Secretaria de Saúde

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-68

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
O MUNICÍPIO DE RONDON PARA O FUTURO

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2025**

**PREGÃO Nº 70/2025**

**Partes:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS - EIRELI.

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

**Valor:** R\$ 521,64 (Quinhentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
16.01	SECRETARIA DE SAÚDE
16.02	SECRETARIA DE SAÚDE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 13/11/2025.

**Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.**

\_\_\_\_\_

Aline da Silva Almeida  
Secretaria de Saúde

Rondon, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO APARECIDO CORREDATO  
Prefeito Municipal


Anexo I

Calculo de Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	
A Arrecadação do primeiro período do ano anterior compreendido 01/01 a 30/06	651.660,55
B Arrecadação do segundo período do ano anterior compreendido de 01/07 a 31/12	836.886,74
C Arrecadação do primeiro período do ano em curso compreendido 01/01 a 30/06	907.953,79
D Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	1.835.535,19
Taxa de Incremento	1.3933
Demonstrativo do Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	
(+H) Arrecadação do 1º período do ano em curso	907.953,79
(+H) Arrecadação provável do 2º período do ano em curso (excesso)	1.166.028,06
(-I) Arrecadação total provável do ano em curso	2.073.981,85
(-I) Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	1.835.535,19
(-I) Provável excesso de arrecadação	238.446,66

Anexo II

Calculo de Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	
A Arrecadação do primeiro período do ano anterior compreendido 01/01 a 30/06	1.052.781,79
B Arrecadação do segundo período do ano anterior compreendido de 01/07 a 31/12	1.391.065,00
C Arrecadação do primeiro período do ano em curso compreendido 01/01 a 30/06	1.545.796,72
D Previsão orçamentária da fonte para o ano em curso	2.338.270,37
Taxa de Incremento	1.4683
Demonstrativo do Excesso de Arrecadação receita 1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	
(+H) Arrecadação do 1º período do ano em curso	1.545.796,72
(+H) Arrecadação provável do 2º período do ano em curso (excesso)	2.042.497,06
(-I) Arrecadação total provável do ano em curso	





**Prefeitura Municipal de Japurá**

Av. Brasil, 303, Centro, CEP: 81223-000, Japurá-PR  
Fone: (44) 3433-1337, Fax: (44) 3433-1300 - E-mail: pmjapara@japara.pr.gov.br ou pmjapara@gmail.com  
CNPJ: 15.788.348/0001-39

**AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO**

PROCESSO Nº 195/2025  
Processo dispensa Nº 12/2025


**OBJETO:** EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SONDEAGEM E ENSAIO DE COMPACTAÇÃO DO SOLO, JUNTO COM A MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE, EQUIPAMENTOS E ENTREGA DE ESTUDOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR.

Passado o prazo recursal, torna-se publica a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

Ordem	Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Preço Médio
1	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
2	2	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
3	3	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
4	4	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
5	5	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
6	6	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
7	7	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
<b>TOTAL</b>						<b>324.000,00</b>	

Japurá, 18/11/2025.

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal



**Prefeitura Municipal de Japurá**

Av. Brasil, 303, Centro, CEP: 81223-000, Japurá-PR  
Fone: (44) 3433-1337, Fax: (44) 3433-1300 - E-mail: pmjapara@japara.pr.gov.br ou pmjapara@gmail.com  
CNPJ: 15.788.348/0001-39

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** a Licitação nº. **95/2025**, referente ao **Processo dispensa nº. 12/2025**, que foi devidamente apreciada pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº. 139/2025, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que fica(ram) classificad(a)s n(º)s empres(a)is abaixo mencionad(a)s, nos termos do artigo 7º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações, visando a **REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA /SONDEAGEM E ENSAIO DE COMPACTAÇÃO DO SOLO, JUNTO COM A MOBILIZAÇÃO DA EQUIPE, EQUIPAMENTOS E ENTREGA DE ESTUDOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR**, sendo:


Ordem	Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	Preço Médio
1	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
2	2	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
3	3	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
4	4	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
5	5	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
6	6	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
7	7	SERVIÇO DE ENGENHARIA - SONDEAMENTO DO SOLO	TECNOLAB	450,00	120,00	54.000,00	120,00
<b>TOTAL</b>						<b>324.000,00</b>	

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de 12 meses, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), obedecendo às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 18/11/2025.

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal



**CMAS**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041  
Lei Federal Nº. 8.742/93 - Lei Municipal Nº. 010/2019  
Japurá - Paraná

**RESOLUÇÃO 23/2025**

**SUMULA:** Aprova a revogação da Lei Municipal nº 037/2022 e a vigência da Lei Municipal nº 038/2025, que regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência social de Japurá/PR - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 035/2025 de 11 de novembro de 2025, e considerando a deliberação em reunião ordinária deste conselho, ocorrida no dia 13 de novembro de 2025, sob ata nº 16/2025.


**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Fica revogada a Lei Municipal nº 037/2022, de 04 de outubro de 2022, e fica aprovada a Lei Municipal nº 038/2025, de 11 de novembro de 2025, que dispõe sobre a regulamentação da concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Japurá-PR.

**Artigo 2º** - Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a 13 de novembro de 2025, data da reunião de deliberação.

Japurá, 17 de novembro de 2025.

**Chailene Pereira Souza Sanchez**  
PRESIDENTE DO CMAS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**  
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"  
Fone: (44) 3433-1337, Fax: (44) 3433-1300 - CEP: 81.223-000 - JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 141/2025**

**Súmula:** Aprova a atualização e a formalização do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Japurá-PR.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,**


**DECRETA**

**Art. 1º** Fica aprovada a atualização e a formalização do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Japurá-PR, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/90, a Lei Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº10/2019 e a Lei nº13/2024, em atendimento à Resolução nº19/2025, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de 11 de novembro de 2025.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito contrário a 11 de novembro de 2025 e revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 18 de novembro de 2025.

**Adriana Cristina Polizer**  
PREFEITA MUNICIPAL



**CMDCA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041  
Lei Federal: 8.069/90-Lei Municipal: 010/2019  
Japurá - Paraná

**RESOLUÇÃO 19/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a atualização e formalização do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Japurá.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Japurá-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 010/2019,

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, conforme Ata nº 16/2025,


**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprova-se a atualização e formalização do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Japurá, contemplando as alterações, incluições e exclusões necessárias à adequação de seu conteúdo às legislações vigentes e à realidade atual do colegiado.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2025, data da reunião de deliberação.

Japurá, 18 de novembro de 2025.

**Hugo Fernando Abonizio Ceresoso**  
Presidente do CMDCA



**CMDCA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041  
Lei Federal: 8.069/90-Lei Municipal: 010/2019  
Japurá - Paraná

**ANEXO AO DECRETO Nº141/2025**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ/PARANÁ – CMDCA**

**TÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO I**  
**DA FINALIDADE, DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO E DA SEDE**

**SEÇÃO I**  
**DA FINALIDADE**

**Art.1º** O presente Regimento Interno visa regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com vista à manutenção da disciplina interna e desenvolvimento de suas atividades, conforme Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA e Lei Municipal Nº010 de 30 de abril de 2019 e Lei Municipal Nº013 de 29 de junho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. O CMDCA constitui-se em um importante fórum democrático de discussão, deliberação e formulação da política de proteção integral da criança e do adolescente, a partir da corresponsabilidade dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil, em face da efetivação dos direitos do cidadão, bem como o atendimento dos mesmos no município de Japurá – Paraná.

**SEÇÃO II**  
**DA NATUREZA E DA COMPOSIÇÃO**

**Art.2º** O CMDCA é um órgão deliberativo e controlador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social responsável pela política de proteção integral à criança e ao adolescente.

**Art.3º** O CMDCA será composto por 8 ( oito) membros, sendo 4 (quatro) destes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil Organizada de entidades de atendimento ou organizações representativas com sede no município de Japurá/Paraná, eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, em assembleia especialmente convocada para este fim, observados a paridade, as diretrizes e outros princípios da política de atendimento, expostos na Lei Municipal nº 010/2019 e na Lei Federal nº 8.069/1990.

**Art. 4º** A escolha dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente obedece à seguinte composição:

I - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes, a serem indicados e designados pelo prefeito municipal.

01- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

02 - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

03 - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

04 - Representante da Área Contábil.

II - 04 (quatro) representantes, e seus respectivos suplentes, das Entidades de Atendimento à Criança e Adolescente promotoras do estudo, pesquisa, defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a serem escolhidos em Assembleia Geral.

01 – 01 representante de entidades não-governamentais de atendimento à criança e adolescente;

02 – 01 representante de Associações de Pais, Professores e Servidores, vinculadas a rede municipal, estadual e particular de educação e Instituições de Ensino Superior Privadas ou Sindicato dos Professores Aposentados;

03 – 01 representante de organização religiosa de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

04 – 01 representante de organizações não governamentais de defesa e garantia de direitos e de apoio às entidades de atendimento da criança e adolescente.”

**§1º** Entidades de atendimento são aquelas que promovem a atenção direta à criança e ao adolescente.

**§2º** Organizações representativas são as de classe, tais como sindicatos, conselhos e ordem de categorias profissionais e associações.

**Art.5º** Os membros do CMDCA serão nomeados por meio de decreto emitido pelo Poder Executivo.

**§1º** Cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, com assento no CMDCA, terá um representante titular e um suplente, indicados respectivamente, pelo Executivo Municipal e pelos Presidentes das Entidades da Sociedade Civil Organizada, por meio de ofício enviado ao CMDCA.

**§2º**Para efeito de substituição dos representantes ou suplentes nomeados, cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, deverão enviar ofício ao CMDCA comunicando a substituição.

**§3º** Tanto representantes como suplentes deverão comprovar vínculo com o órgão ou entidade, sendo considerado vínculo o membro:

a) servidor estatutário ou cargo em comissão, devidamente lotado no respectivo órgão;

b) empregado celetista;

c) integrante de diretoria.

**SEÇÃO III**  
**DA SEDE**

**Art.6º** A sede do CMDCA será junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo também de responsabilidade da mesma, a disponibilidade de servidores necessários ao atendimento das tarefas administrativas, bem como todos os materiais e equipamentos indispensáveis para o bom desenvolvimento de seus trabalhos.

**CAPÍTULO II**  
**DA ORGANIZAÇÃO**

**SEÇÃO I**  
**DAS COMISSÕES**

**Art.7º** As Comissões são órgãos delegados e auxiliares do CMDCA a quem compete verificar, vistoriar, diligenciar, opinar, solicitar documentos e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem atribuídas.

**Art.8º** O CMDCA terá 4 (quatro) Comissões Permanentes, compostas paritariamente, entre os representantes governamentais e os da Sociedade Civil Organizada, da seguinte forma:

a) Comissão de Inscrição, Avaliação e Controle: 4 (quatro) membros;

b) Comissão de Financiamento: 4 (quatro) membros;

c) Comissão da Política de Atendimento: 4 (quatro) membros; e

d) Comissão de Ética - Conselho Tutelar: 5(cinco) membros.

**Art.9º** A Comissão de Inscrição, Avaliação e Controle possui as seguintes atribuições:

a) receber e avaliar as solicitações de registro e inscrição nos termos dos arts. 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/90 – ECA;

b) reavaliar, no mínimo a cada 2 (dois) anos, os programas inscritos nos regimes do art. 90 da Lei Federal nº 8.069/90 – ECA;

c) exercer o controle sobre os programas inscritos, através de monitoramento e fiscalização;

d) emitir parecer sobre funcionamento e cumprimento dos objetivos propostos pelos programas inscritos; e

e) solicitar adequações nos programas inscritos para dar cumprimento aos princípios da Lei Federal nº8.069/90 – ECA, e normativa aplicável, fixando um prazo para o cumprimento das adequações solicitadas sob pena de suspensão/cancelamento do registro ou inscrição.

**Art.10** A Comissão de Financiamento possui as seguintes atribuições:

a) avaliar as propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), indicando as modificações necessárias para dar cumprimento à Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) definir critérios de financiamento para subvencionar os programas executados por entidades não governamentais;

c) estabelecer critérios para seleção pública de programas a serem apoiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FMDCA); e

d) elaborar o Plano Orçamentário do CMDCA com base no Plano de Ação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

**Art.11** A Comissão da Política de Atendimento possui as seguintes atribuições:

a) elaborar o Plano de Ação do CMDCA, indicando as prioridades de execução para cada ano da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

b) avaliar a execução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, indicando as modificações necessárias para dar cumprimento aos princípios da Lei Federal nº 8.069/90 – ECA, e normativa aplicável;

c) promover e realizar estudos e eventos para discutir os direitos da criança e do adolescente e as responsabilidades por sua efetivação; e

d) propor modificações nas estruturas dos órgãos governamentais para adequações necessárias ao cumprimento das diretrizes e princípios da Lei Federal nº 8.069/90 – ECA.

f) acompanhar a execução e aplicabilidade do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art.12** Compete à Comissão de Ética:

I – instaurar e conduzir processo administrativo disciplinar para apurar eventual irregularidade cometida por Conselho Tutelar no exercício da função;

II - emitir parecer conclusivo nos processos administrativos instaurados;

III - encaminhar o parecer conclusivo ao Ministério Público providências cabíveis.

**Art.13** Cada Comissão, logo depois de constituída, reunir-se-á para eleger seu Coordenador, com mandato de 1 (um) ano.

**Art.14** Pode as Comissões Permanentes elaborar planos, propostas, solicitar providências, fazer encaminhamentos, solicitações, vistorias e consultas na sua área de competência, por decisão do plenário e na forma por ele indicada.

**Art.15** Antes de encaminhar qualquer processo ao estudo das Comissões, o Presidente do CMDCA poderá promover as diligências que entender necessárias, em cada caso, com o intuito de melhor esclarecimento da matéria, que será analisada.

**Art.16** O parecer emitido pelo CMDCA deverá ser apreciado, prevalecendo decisão do Plenário do CMDCA.

**Art.17** As Comissões deverão emitir seu parecer conclusivo sobre a matéria que lhe foi enviada emprazo estipulado pelo Plenário do CMDCA.

**§1º** As Comissões poderão solicitar ao Plenário um prazo maior, nos casos em que considerar necessário.

**§2º** As Comissões poderão solicitar especialistas, na qualidade de assessores, sem direito a voto.

**Art.18** Compete aos Coordenadores das respectivas Comissões encaminhare a Secretaria Executiva do CMDCA os pareceres antes da reunião em cuja ordem do dia deva constar a matéria.

**Art.19** O CMDCA poderá constituir Comissões Especiais para assuntos específicos, respeitada a composição paritária entre os Órgãos Governamentais e a Sociedade Civil Organizada.

**SEÇÃO II**  
**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA E SECRETARIA EXECUTIVA**

**Art.20** O CMDCA será administrado por uma Diretoria, composta dos seguintes membros:

**I - Presidente;**  
**II - Vice-Presidente;**  
**III - Secretário geral.**

**§1º** Presidente e Vice-Presidente serão eleitos por voto secreto ou por aclamação, pelos Conselheiros Titulares, em sessão plenária, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) destes e respeitando a alternância, nos referidos cargos, de representantes governamentais e da sociedade civil.

**§2º** Nos casos de impedimento do Presidente, assumirá o cargo, automaticamente, o Vice-Presidente.

**§3º** Nos casos de vacância do cargo de Presidência ou de Vice-Presidência, será realizada eleição complementar, respeitando o mandato governamental ou não governamental conforme o cargo.

**Art.21** Compete ao Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais, referente às crianças e aos adolescentes, bem como este Regimento Interno;

II - representar o Conselho ativo e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III - convocar e presidir as reuniões do CMDCA;

IV - presidir a Diretoria e as reuniões do CMDCA;

V - elaborar, com auxílio dos demais conselheiros e da Secretaria Executiva, as pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

VI - convocar sessões extraordinárias, sempre que a urgência dos assuntos recomendar;

VII - relatar as realizações da Diretoria nas reuniões do CMDCA;

VIII - zelar pelo bom funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e pelo alcance de seus objetivos;

IX - comunicar ao Chefe do Poder Executivo sobre as deliberações do CMDCA, solicitando as providências necessárias;

X - solicitar ao Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos humanos e materiais para a execução dos trabalhos;

**§3º** Na ausência dos Conselheiros Titulares, seus respectivos suplentes terão direito a voto.

**§4º** Não havendo quórum para a realização da reunião deliberativa, verificado após a segunda chamada, poderá ser convocada nova reunião dentro do prazo que for determinado pelos Conselheiros presentes.

**Art.28** As sessões serão presididas pelo Presidente do Conselho. Na sua ausência ou impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento de ambos, a sessão será aberta pelo(a) 1º Secretário(a).

**Art.29** As reuniões do Conselho seguirão a ordem do dia, respeitando as etapas que seguem:

a) apreciação da ata da reunião anterior para aprovação;

b) leitura dos informes da Secretaria Executiva; e

c) leitura e discussão dos assuntos da pauta estabelecida na convocação.

**§1º** Os processos em discussão no Plenário poderão ser objeto de pedido de vistas pelos Conselheiros, sem prejuízo da discussão em plenária, podendo a decisão ser adiada até a reunião subsequente.

**§2º** O pedido de vistas processar-se-á por requerimento verbal do Conselheiro, aprovado pelo Plenário.

**Art.30** Os assuntos tratados, bem como suas deliberações, serão registrados em ata, a qual será submetida à aprovação por todos os Conselheiros presentes, na reunião subsequente.

**Art.31** As reuniões do CMDCA serão públicas e todos os documentos gerados e apresentados possuem o mesmo caráter.

**Art.32** O CMDCA opinará sobre os relatos orais e deliberará sobre propostas, projetos, pareceres e indicações apresentadas por escrito.

**XI - divulgar**, por todos os meios de comunicação ao seu alcance, as decisões do CMDCA;

**XII - assinar** todos os documentos atinentes ao CMDCA;

**XIII - delegar**, sempre que necessário e por escrito, poderes para outro Conselheiro ou membro da Secretaria Executiva para dar encaminhamentos aos trâmites administrativos, com o intuito de agilizar o bom andamento dos trabalhos;

**XIV - comunicar**, antecipadamente, a sua ausência para ser substituído pelo Vice-Presidente; e

**XV - exercer** o seu direito a voto ao final do processo de cada votação.

**Art.22** Compete ao Vice-Presidente assessorar e substituir o Presidente na sua falta ou impedimento e representá-lo sempre que for designado.

**Art.23** Compete ao Secretário Geral:

I - secretariar as sessões, transcrevendo as atas das sessões e com a incumbência de apreciar outros documentos necessários à Mesa Diretora;

II - acompanhar as atividades de Órgãos ou Entidades municipais, relacionadas com assunto de competência do CMDCA, com apoio da Secretaria Executiva, mantendo o Plenário permanentemente informado sobre os mesmos;

III - auxiliar o Presidente na preparação da Pauta com a Ordem do Dia, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo aos membros do CMDCA para conhecimento;

IV - levantar e dispor as informações que permitam ao CMDCA tomar as decisões previstas em lei;

V - acompanhar e manter organizadas as deliberações, resoluções, atas e demais documentos expedidos pelo Conselho, com o apoio da Secretaria Executiva.

Parágrafo único. O Secretário Geral poderá valer-se, para o regular desempenho de suas funções, da colaboração da Secretaria Executiva do CMDCA.

**Art.24** O CMDCA contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado, para oferecer suporte ao cumprimento de suas competências.

**Art.25** A Secretaria Executiva será composta de um corpo técnico e administrativo próprio, constituído de servidores requisitados dos órgãos da Administração Municipal, em conformidade com a legislação pertinente, para cumprir as funções designadas pelo CMDCA.

**§1º** A Secretaria Executiva deverá ser composta de 1 (um) secretário executivo.

**§2º** O Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será disponibilizado pela Prefeitura Municipal, devendo o mesmo ser aprovado pelo Plenário do CMDCA.

**§3º** A substituição do cargo de Secretário Executivo dar-se-á, somente, por dispensa a pedido do mesmo ou destituição, com referendo do Plenário do CMDCA.

**§5º** Em caso de ausência do Secretário Executivo por motivos de licença, férias ou atestado médico, o Plenário do CMDCA aprovará a sua substituição temporária.

**Art.26** Compete ao Secretário Executivo:

I - secretariar as reuniões do CMDCA, da Direção e auxiliar a Presidência na redação das pautas;

II - encaminhar as pautas das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, aos membros do CMDCA;

III - redigir as atas das reuniões;

IV - encaminhar as atas das reuniões aos membros do CMDCA;

V - redigir as comunicações e correspondências do CMDCA e da Direção;

VI - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMDCA;

VII - exercer e coordenar os serviços administrativos do CMDCA;

VIII - assessorar a Diretoria e as Coordenações das Comissões;

IX - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, tendo direito à voz;

**X - secretariar** as reuniões da Diretoria e do Conselho, ficando responsável pelas atas e listas de presença;

**XI - zelar** pelo cumprimento e atualização dos dados cadastrais dos conselheiros;

**XII - assinar** certidões sobre a situação dos processos no CMDCA;

**XIII - publicar** os atos e deliberações tomadas pelo CMDCA;

**XIV - assessorar** na organização da realização de eventos relacionados ao CMDCA;

**XV - organizar** os serviços de protocolos e arquivos de documentos no CMDCA;

**XVI - manter** controle das correspondências enviadas e recebidas, inclusive do correio eletrônico do CMDCA;

**XVII - receber**, protocolar e manter em ordem a documentação de entidades, atualizando as informações que forem apresentadas e encaminhando, quando necessário, à comissão pertinente;

**XVIII - expedir** declarações e certificados de registro de entidades, após deliberação do CMDCA; e

**XIX - comunicar** aos Conselheiros sobre a agenda das reuniões do CMDCA e de suas Comissões, de acordo com os critérios definidos neste Regimento Interno.

**SEÇÃO III**  
**DAS REUNIÕES DO CONSELHO**

**Art.27** O CMDCA deverá reunir-se ordinariamente em sessão plenária, 1 (uma) vez por mês, conforme calendário anual aprovado em plenária, ou em outro dia que o Plenário designar e, em caráter extraordinário, por convocação do Presidente ou por requerimento de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros titulares, sobre assuntos relevantes e de justificável urgência.

**§1º** Nas reuniões extraordinárias, somente serão deliberados os assuntos constantes na pauta do dia.

**§2º** A reunião somente será deliberativa com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos Conselheiros Titulares, em primeira chamada, e de 1/4 (um quarto), em segunda chamada, considerando que cada órgão ou entidade, com representação no referido Conselho, terá direito a um voto.

**Art.28** As sessões serão presididas pelo Presidente do Conselho. Na sua ausência ou impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento de ambos, a sessão será aberta pelo(a) 1º Secretário(a).

**Art.29** As reuniões do Conselho seguirão a ordem do dia, respeitando as etapas que seguem:

a) apreciação da ata da reunião anterior para aprovação;

b) leitura dos informes da Secretaria Executiva; e

c) leitura e discussão dos assuntos da pauta estabelecida na convocação.

**§1º** Os processos em discussão no Plenário poderão ser objeto de pedido de vistas pelos Conselheiros, sem prejuízo da discussão em plenária, podendo a decisão ser adiada até a reunião subsequente.

**§2º** O pedido de vistas processar-se-á por requerimento verbal do Conselheiro, aprovado pelo Plenário.

**Art.30** Os assuntos tratados, bem como suas deliberações, serão registrados em ata, a qual será submetida à aprovação por todos os Conselheiros presentes, na reunião subsequente.

**Art.31** As reuniões do CMDCA serão públicas e todos os documentos gerados e apresentados possuem o mesmo caráter.

**Art.32** O CMDCA opinará sobre os relatos orais e deliberará sobre propostas, projetos, pareceres e indicações apresentadas por escrito.

**§3º** Em se tratando de Resolução que preveja recursos que podem ter vários proponentes, as proposições somente serão apreciadas se houver critérios para apresentação e aprovação de projetos, seguindo o fluxo estabelecido.

**SEÇÃO II**  
**DAS RESOLUÇÕES E DOS OFÍCIOS**

**Art. 47** O CMDCA exerce a sua função deliberativa por meio de Resoluções.

**Art.48** Resolução é a formalização do que foi proposto, ou seja, do que foi resolvido em reunião ordinária ou extraordinária pelo Plenário do Conselho.

Parágrafo único. Nas fases de apresentações, discussões, votação e redação final, a propositura se constituirá em um projeto de Resolução.

**Art.49** Ofício é a comunicação escrita e formal entre as autoridades da mesma categoria.

**Art.50** A iniciativa do projeto de Resolução ou de Ofício poderá ser de qualquer cidadão e sua apresentação, por escrito e assinado pelo seu autor, em plenária para aprovação deverá seguir o fluxo constante neste Regimento Interno.

**SEÇÃO III**  
**DAS INDICAÇÕES**

**Art.51** Indicação é a propositura que contém sugestões de providências a quaisquer órgãos ou autoridades.

**§1º** Toda indicação deve ser formulada por escrito e submetida ao Plenário durante a Ordem do Dia, independentemente de sua inclusão na mesma.

**§2º** O Presidente apenas solicitará parecer da Comissão Permanente sobre uma indicação em casos que a natureza da matéria o exigir.

Parágrafo único. O CMDCA atuará de maneira articulada com os demais Conselhos em funcionamento no município de Japurá, garantindo a integração e evitando a tomada de decisões conflitantes.

**Art.33.** Na discussão de cada matéria, todos os Conselheiros poderão fazer uso da palavra durante 3 (três) minutos. O mesmo tempo será concedido para sustentação de qualquer proposição.

**§1º** O orador só poderá ser apartado se consentir.

**§2º** Não serão permitidos apertes paralelos ao discurso.

**Art.34** As decisões do CMDCA serão tomadas por maioria simples, sendo que no âmbito de sua esfera de competência, vincular a Administração Pública, que deverá cumprí-las em respeito aos princípios constitucionais da soberania popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente (art. 1º, parágrafo único e art. 227, caput, ambos da Constituição Federal/88).

**Art.35** As deliberações e resoluções do CMDCA serão publicadas nos órgãos oficiais e/ou imprensa local, seguindo os mesmos trâmites para publicação dos demais atos do Poder Executivo, porém gozando de absoluta prioridade.

**§1º** As despesas decorrentes da publicação deverão ser aportadas pela Administração Pública, através de dotação orçamentária específica.

**§2º** A publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião do CMDCA, onde a decisão foi tomada ou a resolução aprovada, cabendo à Presidência e à Secretaria Executiva do Conselho as providências necessárias.

**CAPÍTULO III**  
**DAS PROPOSIÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS**  
**SEÇÃO I**  
**DO FLUXO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES**

**Art.36** As proposições são todos os atos ou efeitos de que dispõe um Conselheiro para propor a discussão de um assunto atinente ao Conselho.

Parágrafo único. As proposições podem consistir em projetos de Resoluções, Indicações, Moções ou simplesmente Ofícios.

**Art.37** Todas as proposições que necessitem ser deliberadas pelo CMDCA deverão ser protocoladas, seja em papel impresso ou em formato digital.

Parágrafo único. As proposições em papel impresso e os documentos que forem anexados ao processo inicial, serão digitalizados pela Secretaria Executiva do CMDCA.

**Art.38** A Secretaria Executiva do CMDCA será responsável pelo recebimento e distribuição dos documentos relacionados às proposições para as Comissões, conforme a pertinência do assunto que será apreciado.

**Art.39** As proposições apreciadas e discutidas pela Comissão pertinente serão posteriormente submetidas à discussão ou votação em sessão plenária.

**Art.40** Após o recebimento protocolado da proposição, a Comissão deverá realizar uma reunião para:

a) discutir o conteúdo da proposição;

b) designar entre seus membros um relator, que será responsável por levantar todas as informações e conduzir todas as discussões necessárias antes de apresentar sua relatório à Comissão; e

c) aprovar o calendário com prazos para a discussão e apreciação pelo Plenário do CMDCA, os quais não poderão exceder o limite de 60 (sessenta) dias, salvo mediante justificativa e aprovação da mesma pelo referido Plenário.

**Art.41** O relatório com as conclusões sobre a proposição deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva que o encaminhará aos Conselheiros para conhecimento anterior à reunião ordinária que abordará o assunto em pauta.











07.008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES	
10.302.0010.203	Gestão Administrativa da Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3090	00003-Saúde - Recursos Vinculados (E.C. 2000 - 198)	
09.002	SUBTOTAL	382.485,00
09.002	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.002	DIVISÃO DE ENSINO	
12.306.0011.203	Manter a Merenda Escolar - Creche e Educação Infantil	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.102,02
3620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.003	FUNDEB	
12.365.0011.204	Manter o Fundo Educação Básica - Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	7.509,78
4390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
12.361.0011.203	Manter o Fundo Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.212,85
4090	00004-Recursos Vinculados à Educação Básica	
12.365.0011.204	Manter o Fundo Educação Básica - Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.553,53
4410	00004-Recursos Vinculados à Educação Básica	
4420	00107-Saúde-Educação	4.122,26
12.361.0011.203	Manter o Fundo Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.799,74
4140	00004-Recursos Vinculados à Educação Básica	
09.002	SUBTOTAL	74.296,16
10.001	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.243.0008.208	Ações de Prevenção e Fortalecimento de Vínculos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
4670	00004-Recursos Vinculados à Proteção Social Básica - SUAS	
08.244.0008.202	Manter o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
4442	00061-Proteção Social Básica - SUAS - Recursos da Portaria MDS Nº 886, de 19 de maio de 2023	

www.indianopolis.pr.gov.br

08.244.0008.202	Manter o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.893,28
4751	00004-Despesa 038/2023 CEDIPPR - PPA1	
08.244.0008.202	Manter o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.244.0008.202	Manter o Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.244.0008.202	Manter o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
4880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
10.002	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0008.211	Manutenção das Atividades de Apoio Institucional Provido para Crianças e Adolescentes	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	8.500,00
5490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.243.0008.202	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.536,00
5392	20073-Despesa 013/2023 - CEDIPPR - GARANTIA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
10.003	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
08.241.0008.201	Ações de Integração com Idosos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.750,00
5531	00060-Despesa Nº 015/2022 - CEDIPPR - 00060-Despesa Nº 015/2022 - CEDIPPR - PESSOA JURÍDICA	2.041,89
5532	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
10.004	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0008.202	Gestão Administrativa da Divisão Municipal de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
5900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
10.005	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	

www.indianopolis.pr.gov.br

08.242.0008.208	Contratar e Realizar Atividades voltadas para a prevenção e proteção à Pessoa com Deficiência	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
5970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
13.031	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.521,99
13.031	DIVISÃO DE ESPORTE	
27.812.0019.209	Manter Esportes Desportivos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	17.894,55
6280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	17.894,55
14.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES URBANOS E RURAIS	
09.002	DIVISÃO DE TRANSPORTES	
26.782.0018.201	Manter os Serviços Rodoviários Municipais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
9400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	732.872,74

www.indianopolis.pr.gov.br

0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.1.3.03.1.01.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRIBUTARIO - PODER EXECUTIVO	42.350,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.1.3.03.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRIBUTARIO - PODER LEGISLATIVO	4.900,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.1.3.03.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRIBUTARIO - PODER JUDICIARIO	7.000,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.1.5.11.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	330.000,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.1.5.11.1.03.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS - PRINCIPAL	8.963,28
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.1.7.3.01.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO - DESPESAS DE CAPITAL - PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	45.700,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.3.2.01.01.0.05.00	REMINERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONVENIO ESTADUAL	459,81
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.3.2.01.01.0.04.00	REMINERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS - ASSISTENCIA SOCIAL	2.642,84
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.7.2.9.01.1.03.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS A ASSISTENCIA SOCIAL - DELIBERACAO 09/2023 - RECURSOS	8.963,28
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.7.2.9.01.1.04.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS A ASSISTENCIA SOCIAL - DELIBERACAO 01/2023 - CEDIPPR - GARANTIA CRIANÇA E ADOLESCENTE	4.536,00
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
1.8.1.02.0.1.00.00	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	23.683,56
0.00.00	DE BENS MOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	
0.00.00	TOTAL	908.681,41

www.indianopolis.pr.gov.br

840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
09.002	SUBTOTAL	7.000,00
09.002	SECRETARIA DE OBRAS E ENGENHARIA	
16.482.0020.205	Ações de Reabilitação Habitacional para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.556,35
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0013.105	Extensão da Rede de Energia Elétrica	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
772	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0013.105	Construção de Infraestrutura de Mobilidade Urbana	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0013.105	Reforma, Ampliação ou Adequação de Praças Públicas	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0013.105	Extensão da Rede de Água Potável	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.538,20
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0014.109	Extensão da Rede de Saneamento Pluvial	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
16.482.0006.103	Programa Municipal de Habitação	
3620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
16.511.0013.109	Construção de Fogos Artesiais	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
16.782.0013.107	Aquisição de Equipamentos para Instalação de Energia Solar	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

www.indianopolis.pr.gov.br

840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
09.002	SUBTOTAL	5.000,00
09.002	SECRETARIA DE OBRAS E ENGENHARIA	
15.452.0013.105	Aquisição de 01 (uma) Pia Carregadeira Permanente	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.452.0013.204	Manter os Serviços de Limpeza e coleta de lixo	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	1.000,00
15.452.0013.204	Manter os Serviços de Limpeza e coleta de lixo	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
1210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.482.0013.204	Manter os serviços do Caminhão Municipal	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
1180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
1190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.451.0013.110	Construção do Portal Municipal	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
1540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
17.812.0014.111	Construção de Infraestrutura de Esgoto Sanitário	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
15.452.0013.109	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.400,00
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
26.782.0013.105	Aquisição um Caminhão Coletor de Lixo	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
1260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	36.484,55
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.110	Atividade de Saúde Bucal - BLATS	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
2230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES	

www.indianopolis.pr.gov.br

10.122.0010.212	Manter o Conselho Municipal de Saúde de Indianópolis	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	200,00
0000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200,00
2970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200,00
2980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	1.600,00
08.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0015.205	Manutenção da Infra-Estrutura Turística e Ambiental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.900,00
3180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
18.541.0013.110	Construção de Praças, Parques, Bosques e Áreas Verdes	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
3170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
18.542.0015.112	Aquisição de Equipamentos para Barracas de Reciclagem	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.420,00
3200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.002	DIVISÃO DE AGRICULTURA E FOMENTO	
20.506.0016.106	Construção de Depósito de Cadeira	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
20.506.0016.106	Aquisição de Parafusos Mecânicos	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.000,00
3310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
20.506.0016.109	Aquisição de uma Máquina Retroescavadeira	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
3320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	

www.indianopolis.pr.gov.br

09	SUBTOTAL	22.420,00
09.002	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.002	DIVISÃO DE ENSINO	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.999,78
3640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.999,78
3680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
12.361.0011.108	Aquisição de Veículos Escolares	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
3690	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	FUNDEB	
12.361.0011.203	Manter o Fundo Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.481,66
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.720,60
09.004	DIVISÃO DE CULTURA	
13.392.0012.204	Manter Eventos Culturais	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100,00
4910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.722,04
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
09.002	SUBTOTAL	22.420,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0008.202	Ações de Apoio a Família	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.000,00
4750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.244.0008.202	Manter o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
4880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.244.0008.211	Aquisição de Veículo para o CRAS	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

www.indianopolis.pr.gov.br

4720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.900,00
10.002	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0008.211	Manutenção das Atividades de Apoio Institucional Provido para Crianças e Adolescentes	
3.1.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	28.000,00
5490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
3.3.90.30.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
5470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
10.004	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.243.0008.102	Construção da sede do Conselho Tutelar	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
5700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.244.0008.110	Construção de um Salão para realização de eventos junto às famílias atendidas no CRAS	
4.9.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
5810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	
08.243.0008.113	Aquisição de Veículo para o Conselho Tutelar	
4.9.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	56.000,00





# É HORA DE REDOBRAR A ATENÇÃO CONTRA FEBRE AMARELA

**NOSSA LUTA AGORA  
É AINDA MAIOR!**

**ELIMINE OS FOCOS  
DO MOSQUITO AEDES  
AEGYPTI QUE TRANSMITE  
TODAS ESSAS DOENÇAS:**

Febre Amarela

Dengue

Zica Vírus

Chikungunya

**VACINAÇÃO:**

Se você ainda não se vacinou contra Febre Amarela, procure um CIAF mais próximo

**IMPORTANTE:**

Levar a carteira de vacinação

**SINTOMAS DA  
FEBRE AMARELA:**


Febre, dor de cabeça, calafrios, náuseas, vômito, dores no corpo, peles e olhos amarelados e hemorragias



# DENGUE. DESARME ESTA BOMBA.

**FAÇA SUA PARTE: NÃO DEIXE ÁGUA PARADA.**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2024-PMJ**

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel, nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal, **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-4 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34 e do outro lado o Sr. **EXPEDITO RODRIGUES DE CARVALHO**, pessoa física de direito privado, residente na cidade de Jussara, estado do Paraná, inscrita no CPF sob nº 021.930.599-42, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 189/2024 de 30/10/2024, Identificador nº 3417, na Modalidade de inexigibilidade de Licitação Nº 15/2024-PMJ.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DA VIGÊNCIA**

Renova-se por mais 03 (três) meses a vigência do contrato, de 30/10/2025 à 31/01/2026.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

As demais cláusulas do contrato inicial de trinta de outubro de 2024 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 30 De outubro de 2025

\_\_\_\_\_  
**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE


\_\_\_\_\_  
**EXPEDITO RODRIGUES DE CARVALHO**  
CPF nº 613.697.729-04  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Gustavo Trevisan Cordeiro  
CPF: 094.624.769-26

\_\_\_\_\_  
Josué Vieira dos Santos  
CPF: 815.473.319-68

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR. 87230-000 / (41) 3628-1212



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**JUSSARA**  
TRABALHO E FAMÍLIA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 187/2024-PMU**

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Izabel, nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal, **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-4 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34 e do outro lado o Sr. **ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA**, pessoa física de direito privado, residente na cidade de Jussara, estado do Paraná, inscrita no CPF sob n.º 389.804.799-72, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 187/2024 de 30/10/2024, identificador nº 3415, na Modalidade de inexigibilidade de Licitação Nº 15/2024-PMU.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DA VIGÊNCIA**

Renova-se por mais 03 (três) meses a vigência do contrato, de 30/10/2025 a 31/01/2026.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

As demais cláusulas do contrato inicial de trinta de outubro de 2024 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 30 De outubro de 2025

\_\_\_\_\_  
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



\_\_\_\_\_  
ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA  
CPF nº 389.804.799-72  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Gustavo Trevisan Cordeiro  
CPF: 094.624.769-26

\_\_\_\_\_  
Josué Vieira dos Santos  
CPF: 815.473.319-68

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA 

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2024-PMJ**

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel, nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal, **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-4 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34 e do outro lado o Sr. **ANTONIO TREVIZZAN**, pessoa física de direito privado, residente na cidade de Jussara, estado do Paraná, inscrito no CPF sob nº 613.697.729-04, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 188/2024 de 30/10/2024, Identificador nº 3416, na Modalidade de inexigibilidade de Licitação Nº 15/2024-PMJ.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DA VIGÊNCIA**

Renova-se por mais 03 (três) meses a vigência do contrato, de 30/10/2025 à 31/01/2026.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

As demais cláusulas do contrato inicial de trinta de outubro de 2024 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 30 De outubro de 2025

\_\_\_\_\_  
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
ANTONIO TREVIZZAN  
CPF nº 613.697.729-04  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Gustavo Trevisan Cordeiro  
CPF: 094.624.769-26

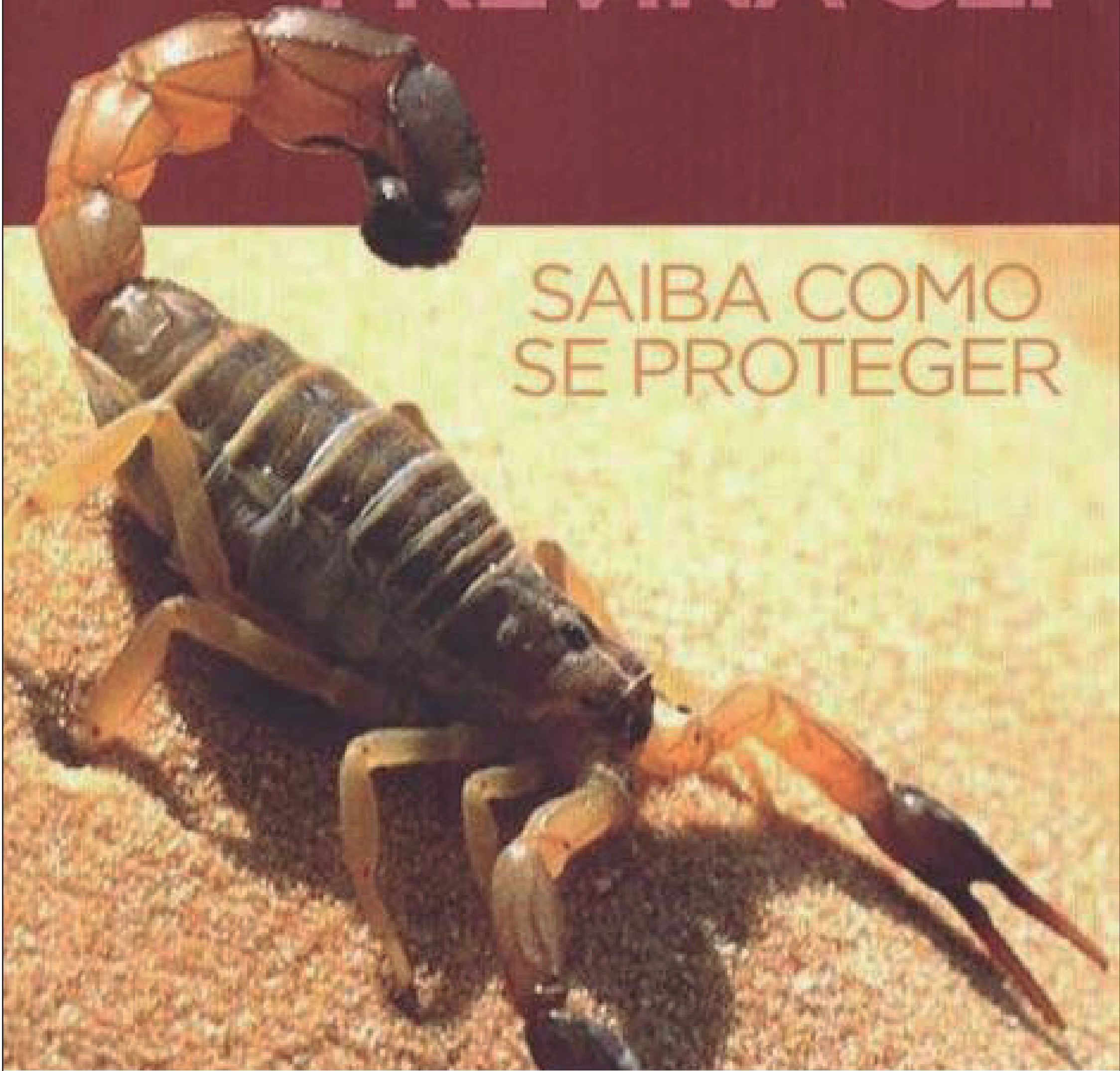
\_\_\_\_\_  
José Vieira dos Santos  
CPF: 815.473.319-68

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



# ESCORPIÃO

## PREVINA-SE!



### Anatomia externa do escorpião

